



SENTIDOS DE JOVENS VIVENDO COM HIV FRENTE AOS ESTIGMAS, PRECONCEITOS E VULNERABILIDADES EM AMBIENTE EDUCACIONAL

SENSES OF YOUNG PEOPLE LIVING WITH HIV AGAINST STIGMAS, PREJUDICES AND VULNERABILITIES IN AN EDUCATIONAL ENVIRONMENT

DOI: <http://dx.doi.org/10.23926/RPD.2526-2149.2018.v3.n1.p279-294.id121>

Degmar Francisco dos Anjos

Doutor em Psicologia Social (IFPB)

Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)

Docente Colaborador Externo no Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) e da Universidade de Cuiabá (UNIC)

degmaranjos@gmail.com

José Henrique Monteiro da Fonseca

Mestrando em Ensino (IFMT/UNIC)

jhmonteirodafonseca@gmail.com

Jessika Karoliny Ostelony da Silva

Mestranda em Ensino (IFMT/UNIC)

karolostelony@gmail.com

Resumo: No presente artigo se objetiva analisar as vivências, no ambiente educacional, de jovens com diagnóstico positivo para HIV, debatendo a presença dos estigmas e preconceitos diante do HIV/Aids, apontando seus traços históricos presentes no ambiente educacional. Perante tal fenômeno realizou-se estudo com 12 jovens na faixa etária entre 15 a 24 anos no município de Cuiabá - MT. A pesquisa, de cunho qualitativo, investigou os sentidos desses jovens vivendo com HIV no ambiente educacional. Com especial atenção ao processo ensino-aprendizagem e às relações de poder – estigmas e preconceitos – diante de seus pares. Trabalhou-se enquanto olhar teórico-metodológico com o Construcionismo Social por meio da análise de repertórios linguísticos investigando a produção de sentidos enunciados por práticas discursivas. Observaram-se nos resultados, relatos de sujeitos que foram vítimas de estigmas, preconceitos e/ou - como aparece unânime em meio às vozes - que provavelmente seriam vítimas de preconceitos e isolamento caso alguém soubesse de sua condição soropositiva, relatando o medo de se expor para colegas e professores. Aparecem consonâncias, também, nas constatações acerca do silenciamento escolar diante de temáticas como HIV/AIDS/Preconceitos, haja vista que nas poucas vezes que houve algum trabalho relacionado a essa questão, limitaram-se epidemiologicamente às aulas de biologia. Tais ambientes mostram-se vulneráveis, carentes de respaldo - enquanto formação docente - para lidar com essas realidades de nossa contemporaneidade, bem como para abarcar assuntos tão importantes para atenuação das vulnerabilidades sexuais de nossa juventude.

Palavras-chave: Escola; HIV/Aids; Preconceito; Ambiente educacional.

Abstract: This article aims to discuss the presence of stigmas and prejudices in the face of HIV/AIDS, pointing out its historical traits in the educational environment towards young people living with HIV. Faced with this phenomenon, a study was carried out with 12 young people between 15 and 24 years old in the city of Cuiabá- MT. The qualitative research investigated the meanings of these young people living with HIV in the educational environment: the teaching-learning process, power relations - stigmas and prejudices - in front of their peers. We worked on a theoretical-methodological view of Social Constructionism through the analysis of linguistic repertoires investigating the production of meanings enunciated by discursive practices. It was observed in the results, reports of those who were victims of stigmas and prejudices and / or how they appeared unanimously among the voices, probably would be victims of prejudice and isolation if someone knew of their seropositive status, reporting the fear of exposing themselves to colleagues and teachers. There are also consonances in the findings about school silences in the face of issues such as HIV / AIDS / Prejudice, since in the few times that there was any work related to this issue, epidemiologically limited to biology classes. Such environments are vulnerable, lacking support - as teacher training - to deal with these realities of our contemporaneity, as well as to address such important issues in mitigating the sexual vulnerabilities of our youth.

Keywords: School; HIV/AIDS; Prejudice; Educational environment.



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende debater a relação entre Escola e os estigmas e preconceitos diante do HIV/Aids, doença que a partir da década de 80 promove uma verdadeira movimentação social, trazendo consigo marcas de dúvidas, medos e preconceitos. Percebe-se, de modo geral, que ainda hoje estes traços históricos impregnados de ideias equivocadas e discriminatórias se fazem presentes em meio à sociedade, não sendo diferente também nas comunidades escolares ou outros ambientes educacionais, seja de modo explícito ou implícito (ANJOS, 2015; PIZARRO, 2006).

Apesar de possuírem significados distintos, tanto o preconceito como o estigma e a discriminação, estão de algum modo ligados no que tange ao processo de segregação e exclusão em meio ao coletivo. É importante ressaltar que não se pretende, aqui, definir analiticamente tais conceitos separadamente, mas contemplá-los enquanto fenômenos sociais, construídos sócio-historicamente em meio às relações de poder. Não é por menos que Parker e Aggleton (2001) propõe repensar o estigma, o preconceito e a discriminação como processos sociais ligados a estrutura de poder e dominação, criticando, por exemplo, o conceito goffminiano de estigma, o qual compreende e limita tal conceito enquanto uma espécie de marca de valoração negativa muitas vezes ainda centrada aos aspectos do corpo. Para Parker e Aggleton (2001) tais fenômenos estão também conectados ao funcionamento das desigualdades sociais em processos culturais, das estruturas de poder bem como das possibilidades de resistência social. Bastos (2011), coadunando com Parker e Aggleton (2001), compreende os estigmas não mais enquanto concretude física e global, uma vez que em um mundo heterogêneo tais estigmas são repetidos, recriados e ressignificados.

[...] as pessoas que vivem com Aids hoje são, em termos globais, tão diversas como são diversas quaisquer outras populações em um mundo profundamente heterogêneo e injusto. Por um lado, tal constatação pode levar a um desdobramento favorável, qual seja, a impossibilidade de dar concretude física ao estigma, o que estaria em oposição à sua conotação original de marca física (ou *stigmata*, no termo original grego), presente tanto na tradição greco-romana quanto na judaico-cristã. Por outro lado, uma suposta “ameaça sem rosto” é algo profundamente assustador no imaginário social, como na película recentemente lançada por Pedro Almodóvar sobre um ser sem rosto próprio, em *La Piel que Habito* (BASTOS, 2011, p. 97).

Nesse contexto, compreende-se, estigma, preconceito e discriminação (ato violento que materializa os dois anteriores) enquanto construções sociais e institucionalizadas, ou seja: que atravessam um processo de cristalização de uma ou várias ideias, criadas a princípio por um grupo sujeito (de influência às massas) e disseminadas a uma coletividade assujeitada. Com o passar do tempo, diante da linha histórica e dos desdobramentos sociais, tais ideias são



tipificadas, instituídas e “naturalizadas”, fomentando visões fragmentadas da realidade universal e cristalização de estereótipos e sentidos discriminantes (SOUSA FILHO, 2007, p. 25).

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo analisar as vivências, no ambiente educacional, de jovens com diagnóstico positivo para HIV. A partir dos relatos dos jovens participantes, buscou-se a compreensão de suas subjetividades e experiências frente ao impacto do diagnóstico, bem como suas ressonâncias dentro do processo de ensino-aprendizagem, evidenciando, então, como se dão as relações de poder – estigmas e preconceitos – que reverberam no contexto institucional.

Na seção dois deste artigo, apresentamos os principais traços históricos que atravessaram décadas e ainda retroalimentam preconceitos, estigmas e discriminações na comunidade escolar e/ou acadêmica em torno do tema: HIV/Aids. Na seção três, sob um olhar crítico analisamos o quanto tais traços históricos ainda são influenciadores em meio a nossa juventude e adentram o ambiente escolar, muitas vezes de modo velado, porém não menos prejudiciais, ampliando as vulnerabilidades desses jovens em meio a comunidade escolar e frente ao HIV/Aids. Na seção quatro, enfatizamos o norte metodológico da pesquisa pelo qual construímos este artigo. Os resultados aparecem na seção cinco, colocando-nos mais próximos dos discursos dos participantes entrevistados, ou seja, das vozes dos jovens participantes acerca de suas percepções e sentidos frente aos estigmas e preconceitos diante da vivência com HIV nesses ambientes de ensino/aprendizagem. Por fim, apresentamos algumas considerações nas quais, sem pretensão de respostas e soluções objetivas perante esses desafios sociais apresentados, se fomentam possibilidades humanizadoras na relação professor-aluno-instituição frente a este tema tão importante que emerge em nossa contemporaneidade.

2 HIV/AIDS, ESTIGMAS E TRAÇOS HISTÓRICOS

Parece razoável considerar que após trinta anos dos primeiros casos de HIV no Brasil, ainda hoje muitos traços daquela época inicial da epidemia – principalmente as distorções quanto ao modo de pensar sobre o HIV – estão presentes e se legitimam até mesmo na escola ou nas universidades por meio de atos, palavras e omissões que traduzem preconceitos, estigmas e discriminações. Entre esses equívocos que persistem em existir, podemos citar a falsa crença de que a contaminação para o HIV esteja associada a "grupos de risco", definição estereotipada utilizada na década de 80 para definir algum grupo ou população específica, como por exemplo, homossexuais e/ou profissionais do sexo.



[...] a crença existente, no início da epidemia, de que o HIV/AIDS estava relacionado aos “grupos de risco” ainda é verificada, em alguns casos, na contemporaneidade, contribuindo para crença “nós e eles” e, conseqüentemente, para a negação, para o medo e o estigma em relação ao “outro”. (SILVA; FONTES; SALDANHA & ARAÚJO, 2009, p.4).

Outra crença que, mesmo sendo amplamente combatida por dados científicos, segue existindo, é a associação do HIV a questões morais. Em pleno século XXI, a sociedade ainda encontra-se contaminada por conceitos e preconceitos cruéis e nocivos, como se viver com HIV fosse consequência de algo imoral ou criminoso (ANJOS, 2015). Tal crença originou-se das interpretações em relação aos modos de infecção amplamente disseminadas pela mídia na época dos primeiros casos de HIV/AIDS, uma vez que, naquele momento histórico, eram disseminadas notícias e informações, geralmente pautadas no desconhecimento da nova doença que ali surgia, na qual se prevalecia o sentido de transgressão e imoralidade. Tal asseveração passou a ser internalizada pela população, cristalizando-se sentidos e representações que levaram a um processo de discriminação e estigma das pessoas que vivem com HIV ou Aids (JODELET, 2001; LABRA, 2013).

Um terceiro traço histórico fomentador de preconceitos a ser considerado é o pensamento de que a sorologia positiva ao HIV é sinônimo de condenação à morte. No surgimento da epidemia, na década de 1980, tanto a mídia quanto o olhar epidemiológico sensacionalizavam massivamente as figuras debilitadas e a morte de artistas, uma vez que, naquela época, até por ausência de informações científicas sobre a enfermidade que surgia, a contaminação acabava certamente conduzindo à morte iminente. Além disso, as primeiras campanhas de combate à Aids, como forma de tentar "assustar" a população para a doença até então desconhecida, também apontavam a morte trágica como resultado imediato da soropositividade ao HIV. Contudo, mesmo após muitos avanços científicos e a transformação do HIV em doença crônica, sem risco iminente de morte, tais concepções difundidas na época têm se perpetuado até os dias atuais, apesar da redução significativa dos índices de morte associada ao HIV/Aids em decorrência do surgimento da TARV (Terapia Antiretroviral). Ocorre que os discursos científicos e acadêmicos vão se resignificando e se adaptando a novos estudos de forma mais rápida; porém os sentidos socialmente atribuídos tendem a se cristalizar e atravessar gerações como é o caso da falsa ideia de que quem vive com HIV se apresenta estereotipicamente fraco, cansado, com perda de peso, como alguém condenado ao sofrimento e a morte (ANTUNES; CAMARGO; BOUSFIELD, 2014).

Uma última questão aqui considerada é a noção de higienização e o ideal de sociedade. Desde a antiguidade a sociedade vem criando e recriando para si modelos idealizados em muitos



contextos. Apesar de esses modelos serem adaptados em meio às culturas e readaptados com o passar da história, no que tange ao ser humano, sempre se prezou por corpos mais fortes para a caça, o trabalho e a guerra. É claro que esses sentidos, inicialmente, estavam correlacionados às questões de sobrevivência, necessidades básicas e segurança do grupo, mas com o passar dos séculos tal prática foi se desdobrando naquilo que chamamos de ideal de corpo. Em Foucault (1979), é possível compreender que em determinado período da história, os grupos dominantes, visando preservar a força de trabalho e militar de suas populações, passam a incentivar o cuidado com o corpo, demonstrando que o culto ao corpo é exercido como forma de poder.

O controle da sociedade sobre os indivíduos, não se oporá simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal, que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (FOUCAULT, 1979, p. 80).

Nesse contexto, observa-se que há uma naturalização no animal humano (enquanto ser social) em não tolerar o diferente, possuindo tendências sociais em discriminar o outro, em especial os considerados fora dos padrões, a partir de construções ideologicamente instituídas. Segundo Gonçalves (1994), a própria medicina quando se estrutura alinhada aos ideais burgueses, institui de algum modo um modelo ideal de saúde reduzindo-a aos limites biológicos do corpo, deixando de lado o corpo social e subjetivo. Diante da tentativa de se refletir sobre os ideais de corpo “fortes e saudável” desde os tempos remotos, parece razoável pensar que a discriminação social com pessoas vivendo com HIV/Aids também possui entre seus fatores principais justamente essa herança sócio-histórica de pensamento idealizador de higienização social, na qual a concepção de saúde está atrelada a padrões pré-definidos dentro de critérios homeostáticos, estéticos e de produção do corpo (NASCIMENTO, 2002).

Tais traços sócio-históricos de exclusão social se estendem, também, ao ambiente educacional, seja na escola ou na universidade. Para Sontag (2007) o preconceito para com pessoas vivendo com HIV ou Aids nutre a vulnerabilidade de todos nesses ambientes independentemente de quaisquer classificações sociais instituídas, pois a associação estigmatizante de que o HIV/Aids está diretamente atrelado a promiscuidade e a morte, causa sofrimento, isolamento e morte social.

3 AMBIENTE EDUCACIONAL, PRECONCEITOS E VULNERABILIDADE

Em face das discussões apresentadas anteriormente, um questionamento torna-se evidente: o quanto tais questões imbuídas de preconceitos ainda pesam em meio a nossos



jovens, adentrando às instituições de ensino como escolas e/ou universidades, fazendo com que o preconceito e a discriminação, ainda que de modo velado, proporcionem um aumento das vulnerabilidades individuais e sociais em relação ao HIV/Aids?

Para Bastos (2004) o adoecimento é também social quando nos referimos ao HIV, pois possuem carga simbólica e sintomas sociais como é o caso do preconceito e da discriminação. Uma sociedade preconceituosa possui sua parcela de responsabilidade pelo aumento dos casos de contaminação, visto que uma pessoa que toma conhecimento de sua sorologia positiva ao HIV terá a tendência de guardar segredo por medo do isolamento social (o que infelizmente é um fato), não entrando no mapeamento do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, fazendo com que a luta contra o HIV/Aids continue sendo ainda um caminhar às escuras e impossibilitando assim o surgimento de novas políticas de atenção e suporte à população.

Diante desse contexto, a sociedade se encontra sistematicamente vulnerável, pois enquanto houver preconceitos, estigmas e discriminação, o medo do isolamento, do desprezo, da morte social, será maior que a responsabilidade de se submeter a exames, e de se movimentar às claras diante do parceiro e da sociedade. A escola ou a Universidade devem levar em conta o foco humano, para a pessoa humana vivendo ou não com HIV ou Aids, enquanto interativa e possuidora de direitos a serem garantidos, de modo que na práxis estes possam atenuar as vulnerabilidades nos vários cenários relacionados às questões de saúde e sua promoção, incluindo o empoderamento de jovens no ambiente escolar (SALDANHA, 2003; PIZARRO, 2006).

Desde 1997 o tema HIV/Aids se faz presente nas escolas de educação básica através dos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais – em 1997 (Brasil, MEC, 1998). Tal tema de modo transversal foi inaugurado de forma institucionalizada, em roupagem de política pública oficial do MEC, o que não ocorria até então, havendo apenas trabalhos realizados a partir de iniciativas isoladas. Portanto, “os PCN's se constituem num marco importante na inserção do debate acerca da sexualidade no contexto escolar” (ANJOS, 2015, p. 50). Ocorre, contudo, que mesmo após o reconhecimento da real importância em abordar as diferentes questões que envolvem a sexualidade humana em contexto escolar, tal fato não passou a acontecer de forma sistemática, continuando as discussões a acontecerem de forma isolada e a critério das vontades dos profissionais da educação, situação decorrente, muitas vezes, do medo e da insegurança de docentes para debaterem a temática e/ou do que dela possa emergir.

Debater de modo construtivo os assuntos pertinentes à sexualidade, como gênero, orientação sexual, HIV/Aids e demais IST's, gravidez precoce, bem como estigmas e



preconceitos diante dessas realidades na comunidade e na escola - enquanto extensão dessa, deveria ser um instrumento dialético de articulação para atenuação desses preconceitos e estigmas, o que por sua vez poderia dissolver as vulnerabilidades nesses ambientes, uma vez que o silêncio de muitos jovens que vivem com HIV por medo do preconceito e da discriminação tende a potencializar tanto sua vulnerabilidade individual, quanto a vulnerabilidade de seus colegas. Haja vista que as relações de vulnerabilidades se dão por meio da linguagem e diante das relações de poder. Diante desse cenário de ausência de uma discussão efetiva, o jovem se cala por conta da discriminação pois “a visão distorcida da soropositividade parece provocar nas pessoas sentimentos de ameaça à convivência social” (FONSECA, 2013, p. 67).

Os estigmas acabam por serem retroalimentados, pois tais temas ainda são velados em muitas instituições de educação, por uma série de motivos, principalmente por questões ideológicas e hegemônicas, o que potencializa a não confiabilidade intersubjetiva na relação aluno-professor, aluno-aluno, escola-comunidade. Assim, tal círculo de vulnerabilidade se amplia e se fortalece nessa complexa e doentia “des-interação” individual, social e institucional, ou seja: todos nesse contexto tornam-se vulneráveis. Ayres (2012) enfatiza que os jovens que vivem com HIV/Aids “não vivem em outro mundo [...] seus contextos de interação subjetiva permanecem muito pouco alterados em relação a situação em que se infectaram” (AYRES, 2012, p. 20). Por isso, socialmente e intersubjetivamente, necessitam de uma abordagem que possa ir além do tratamento médico, devendo a escola assumir seu papel de espaço que fomente e se vivencie uma práxis para às diversidades, um ambiente social sensível para detecção e atenuação de contextos e situações de preconceitos e vulnerabilidades. Para Seidl, Ribeiro e Galinkin (2010), o jovem com diagnóstico positivo para HIV, em seu imaginário se vê fragilizado e sem apoio social, vulnerável diante do medo do preconceito (FONSECA, 2013).

4 METODOLOGIA

No presente artigo, apresentamos resultados parciais de um estudo realizado com 12 jovens vivendo com HIV, na faixa etária de 15 a 24 anos; com ensino médio concluso ou concluindo; sendo 11 do sexo masculino e 1 do sexo feminino; fonte de renda variável; e todos residindo na cidade de Cuiabá-MT. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as vivências, em ambiente educacional, de jovens vivendo com HIV, compreender os sentidos estruturados diante do impacto subjetivo do diagnóstico em meio às relações na escola/universidade e no processo ensino-aprendizagem, bem como investigar as relações de poder – estigmas e



preconceitos – sentidos pelos participantes diante de seus pares e da instituição. Este estudo é de cunho qualitativo, com coleta de dados ocorrida por meio de entrevistas semiestruturadas.

Quanto à abordagem teórica predominante, incluindo a análise dos dados, essa pesquisa possui olhar teórico-metodológico na abordagem do Construcionismo Social por meio da análise de repertórios linguísticos (SPINK, 2010; 2012; ANJOS, 2015), através da qual foi investigada a produção de sentidos enunciadas por práticas discursivas de jovens diagnosticados e vivendo com HIV, compreendendo a linguagem enquanto principal meio de expressão de leitura e movimento diante do mundo (NOGUEIRA; NEVES & BARBOSA, 2005; MELLO et al, 2007). Pela instrumentalidade das práticas discursivas e do Construcionismo Social enquanto modo de observação dos fenômenos sociais, foi possível uma aproximação e uma interanimação dialógica entre pesquisador e pesquisados; possibilitando a análise dos sentidos produzidos pelos participantes do estudo (BAKHTIN, 2006; GERGEN, 2009).

Por fim, destaca-se que a pesquisa foi submetida e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Cuiabá (UNIC), atendendo todos os requisitos legais necessários a um estudo com seres humanos.

5 RESULTADOS

Os resultados deste estudo nos coloca de modo geral mais próximos dos discursos dos participantes entrevistados quanto a suas vivências no ambiente escolar e suas produções de sentidos frente aos estigmas e preconceitos relacionados ao HIV/Aids. É importante ressaltar que para expor aqui as vozes transcritas, usar-se-á pseudônimos por motivos éticos.

Diante dos diálogos sobre as vivências enquanto vítimas de preconceitos na Escola/Universidade por estarem vivendo com HIV, os participantes apontam para o medo de que se alguém soubesse de sua condição de soropositividade ao HIV, com certeza seriam vítimas de segregação e exclusão. Em decorrência desse medo, o diagnóstico é mantido em segredo, principalmente ante os professores e colegas de classe, sendo revelado em raras exceções, geralmente para parentes próximos e/ou amigos íntimos. Além disso, afirmações tais como: “seria um desafio”; “me olhariam com outros olhos”; “não sou coitadinho”; “não estou morrendo”, apontam para a reivindicação de respeito e não vitimização frente a uma nova condição de se viver. Como exemplo, vejamos algumas afirmações dos participantes que apontam para os sentidos encontrados:



Ah sim, com certeza, as pessoas me olhariam com outros olhos, sofri preconceito por ser afeminado, acho que se soubessem do HIV seria um desafio, mas acho que enfrentaria; apesar que hoje na faculdade ninguém sabe, acho que não preciso falar, mas se soubessem, me olhariam diferente, sim. [...] você ter uma doença que já matou muita gente é complicado entendeu, faz a pessoa te olhar com olhos de: “mas tão novo”, sabe, não seria legal isso (Nikolay, 24 anos).

Eu acho que sim, pelo que eu conheço minha turma, sim, eu estaria mais exposto, perante as conversinhas fiadas, e são tipos de pessoas que se separam mesmo [...] prefiro não falar pra evitar problemas, também pra ninguém ficar em cima de mim perguntando: “e aí, como você tá”, todos os dias, até mesmo porque eu não to morrendo [...] alguns colegas iriam se separar de mim, por isso prefiro manter como está (Ngongang, 22 anos).

[...] tinha um menino que a gente conversava bastante [...] daí, a gente só ficou, só beijou, daí a gente tava indo pra casa que eu contei pra ele, daí no outro dia ele já ficou meio assim comigo; eu perguntei: “o que foi?”; ele disse: “porque você não me contou antes? Eu: “só te beijei, não fui pra cama com você!”; ele disse: “Ah, cara, você tinha que ter contado porque isso pega por saliva”; eu falei: “pera aí, isso não pega por saliva!” ele disse: “pega sim!” [...] não é todo mundo que conhece como se contrai HIV, então já ficam assim com medo; mas essa foi a única vez de questão de preconceito (Joana, 19 anos).

[...] é assim na cabeça de quem não é e não conhece a doença, a pessoa acha que se encostar na pessoa vai tá propicio a receber aquela doença [...] eu só contei para quem eu confio mesmo, para quem eu sou mais apegado e para quem eu confio mesmo, agora para os outros, eu não sei, pode gerar preconceito também, ate porque eles não tem nenhum conhecimento sobre a doença. Tenho medo de sofrer preconceito (Adolfo, 19 anos).

Ainda nesse mesmo contexto, aparecem falas e expressões com sentidos de revolta e protesto frente ao preconceito e a discriminação nos ambientes educacionais:

Com certeza [seria vítima de preconceito], que ninguém escapa disso, né? Gente de cabeça miúda, gente atrasada, me perdoe a expressão: burra, é assim mesmo, né. Tem de tudo em todos os lugares tem todo tipo de gente, a gente tem que ser inteligente para saber lidar com tudo isso, claro que tem situações que não são legais, são desconfortáveis, são desagradáveis, mas fazer o que né? Tudo é um aprendizado, até passando por essa situação a gente aprende muito (Henri, 22 anos).

Emergem, ainda, falas que apontam para o despreparo de docentes para lidar com o impacto da informação de que algum jovem aluno possa estar vivendo com HIV em sala de aula, demonstrando certos embaraços e inseguranças - situações que os jovens identificaram como traços de estigmas e preconceitos velados -, bem como falta de conhecimento de como articular e se movimentar diante dessas realidades em ambiente educacional.

[...] contei pra um professor meu de estágio, ele deu uma assustada assim e não falo nada, e não sabia reagir né, ele ficou “ah... eita porra o que que eu faço?” [...] é a aquela coisa velada sabe? [...] de: “eita, ele tem HIV”, e fica assim [...] pessoa não sabe lidar (Agenor, 24 anos).

As pessoas não conhecem; acho que as escolas deveriam estar trabalhando muito com isso, é uma questão que tem que ser trabalhada entre os jovens para que eles não tenham dúvida mesmo (Ngongang, 22 anos).



Em relação à abordagem dos professores sobre o tema HIV/Aids, se estendendo a estigmas e preconceitos na escola, houve unanimidade nas respostas de que ao longo das vivências escolares, nunca houve tal abordagem sobre o tema HIV/Aids e Preconceitos. Apenas dois participantes relataram que tais abordagens, quando ocorreram, estiveram limitadas às aulas de biologia sob uma ótica epidemiológica, porém nunca com um olhar humanizado voltado ao combate das vulnerabilidades, ou uma abordagem que pudesse trabalhar a atenuação dos estigmas, preconceitos e discriminações diante dos assuntos pertinentes à sexualidade, ISTs e HIV/Aids. Tal fato só reitera a constatação de que nossas instituições escolares não estavam preparadas para lidar com questões como estas, demonstrando, também, uma lacuna na formação docente para que estes estejam preparados para dialogar sobre assuntos tão importantes para a diminuição das vulnerabilidades juvenis.

Não, não era tratado nas aulas, mas hoje eu sei que o preconceito aparecia na escola em relação ao HIV, porque as pessoas diziam entre os amigos: “ai! Deus me livre”; Agora sim que eu passei a viver com o vírus e conhecer e sei da diferença. Então é isso que falta nas escolas públicas, os professores realmente evitam principalmente esse assunto (HIV/Aids) [...] tem professores que não dão aquela aula porque têm medo de constranger os alunos [...] nunca me vi constrangido com esse assunto; acho que é um assunto que tem que ser falado (Ngongang, 22 anos).

Olha [...] o professor de biologia, acho que quando eu estava no primeiro ou no segundo ano, falou como que se contrai, pelo leite materno, nas relações sexuais sem camisinha, mas ele não foi profundamente, foi só pra questão de estudar as doenças sexualmente transmissíveis, agora quanto a outros professores, já teve palestra sobre “DST” lá na escola onde eu estudei, pessoas que vieram de fora pra dar palestra, explicaram sobre a Aids, explicaram sobre outras doenças também. Mas sobre o preconceito, não (Joana, 19 anos).

No meu tempo de ensino médio, minha escola era muito bem estruturada é federal e bem conservadora; e o tema HIV eu nunca vi ser trabalhado, tinha circuito cultural e várias frentes assim, mas o tema HIV nunca foi falado, só na aula de biologia, mas não teve algo profundo, só livro didático; tanto é que eu vim quebrar bastante preconceito quando eu peguei porque eu não conhecia nada sobre o assunto, porque tem um tabu bem forte em torno da doença (Agenor, 24 anos).

[...] não muito, era mais focado na matéria da escola mesmo: português, matemática, e tal (Adolfo, 19 anos).

Destaque-se, ainda, uma afirmação denunciadora, de um dos participantes, de que além da pouquíssima abordagem sobre tais temas, quando foi abordado no contexto de sala de aula em que estava presente o participante, foram disseminadas informações distorcidas dos dados oficiais disponibilizados tanto pela comunidade científica, quanto pelo Ministério da Saúde, tendo o docente atrelado o HIV/Aids à “sentença de morte”. Tais abordagens errôneas e sem embasamento científico, como essa relatada, quando apresentadas em sala de aula tendem a ser



desencadeadoras de marcas sociais incongruentes e estigmatizantes, ampliando no imaginário popular a ideia de que viver com HIV e estar doente de Aids seriam a mesma coisa.

Mas isso fez que eu ficasse aberto ao tema, ter estudado e me aprofundado e ver “a sentença de morte no HIV” é isso que eu entendi assim na época, porque fica no imaginário, né, e antigamente eu conhecia como AIDS (Nikolay, 24 anos).

No que tange ao pensar desses jovens sobre estíguas, preconceitos e discriminação em relação à pessoa vivendo com HIV, aparecem relatos e vozes que apontam os preconceitos enquanto uma coisa “bem errada” que “sempre existirá”, mas nem por isso deve-se deixar de combater, pois é “falta de conhecimento” e “ignorância”, atitudes e posicionamentos de uma “sociedade retrógrada”.

Preconceito, eu acho que sempre vai ter, em todos os lugares, e vai ser um trabalho extensivo que [...] Município, Estado vão ter que investir sempre nas escolas, nos postos de saúde, nas instituições para combater o preconceito, porque sempre vai existir, acho que sempre vai ter (Ngongang, 22 anos).

[...] preconceito é simplesmente falta de informação, é um conceito que se tem antes de entender o fato em si, preconceito é uma coisa de uma sociedade ignorante e retrógrada (Nicolay, 24 anos).

Ah! Eu acho o preconceito uma coisa bem errada, de todas as formas, com pessoas que tem HIV, com negros; o preconceito é uma coisa muito errada, porque eu aprendi isso tanto por causa da religião também, por que é uma coisa feia, porque todos são seus irmãos em Cristo, você não pode ter preconceito com uma pessoa (Joana, 19 anos).

[...] acho uma coisa ridícula, ultrapassada, sabe? Uma coisa antiga, uma coisa que era de pessoas ignorantes, sem conhecimento, lá da época da pedra, lá da colonização (Henri, 22 anos).

É de preconceito, que um monte de gente morre [...] burrice não seria, mais é falta de informação apenas [...] é a aquela coisa velada sabe? de: “eita, ele tem HIV”, e fica assim (Agenor, 24 anos).

[...] acho uma babaquice, para falar a verdade, porque você só tem preconceito daquilo por que você não tá ciente realmente daquilo que é, da gravidade do que realmente é, falta de conhecimento mesmo (Adolfo, 19 anos).

Nas vozes transcritas acima, pelo fato de os participantes estarem vivenciando o enfrentamento e o medo ao preconceito cotidianamente, percebe-se que emergem sentidos referentes à necessidade de que existam ações programáticas de combate aos preconceitos, até mesmo como forma de empoderamento e combate às vulnerabilidades sentidas. Observa-se, ainda, sentidos que apelam para que as pessoas possam manter posturas de respeito diante das diversidades, ampliando conhecimentos para que não caiam no “ridículo” da discriminação, da falta de conhecimento prévio “da gravidade daquilo que realmente é” pois é “de preconceito que um monte de gente morre”, não só de modo físico mas principalmente social.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos sentidos que puderam ser percebidos na análise dos relatos e vozes dos jovens participantes deste estudo acerca das abordagens sobre o HIV/Aids dentro do ambiente educacional, em especial das questões voltadas aos estígmias e preconceitos vivenciados a partir desse fenômeno, é possível perceber que a escola – cuja principal função seria conduzir à construção de conhecimentos e saberes, possibilitando um processo emancipatório e de empoderamento dos jovens – encontra-se vulnerável por não saber como articular e se movimentar diante de temas tão presentes em nossa contemporaneidade.

Questões relacionadas com sexualidades, orientação sexual, IST's – se estendendo especialmente ao HIV/Aids – apesar de muitas vezes negadas e ignoradas no ambiente escolar, são vivenciadas e sofridas de modo concreto e material por muitos que fazem parte dessa comunidade educacional. Considerando que a sociedade é diversificada e heterogênea e que se encontra representada, também de forma diversa, dentro da escola, não é possível que haja a ausência de discussões e debates que abordem as vulnerabilidades sociais em nome de uma formação fixa e rígida do currículo escolar, o qual na maioria das vezes se encontra aquém da realidade concreta e contextual da comunidade de jovens que frequentam o ambiente escolar (DAYRELL, 2007).

As vivências e pluralidades da sociedade devem fazer parte da escola, abrangendo tanto o currículo, quanto os demais aspectos do trabalho educativo. Ou melhor, apesar de negadas, tais vivências já estão lá, sendo muitas vezes interpretadas pela instituição como um incômodo, um estorvo e uma ameaça às aulas previamente preparadas e aos planos ritualísticos de nossa educação (DAYRELL, 2007; AYRES, PAIVA E FRANÇA JR. 2012). Contudo, o que tem sido interpretado como certo desconforto por muitos docentes e escolas, talvez pudesse ser escutado como um grito de socorro de jovens que se encontram vulneráveis dentro de instituições de ensino que também se colocam como institucionalidades frágeis diante dos estígmias e preconceitos relacionados àquilo que seja considerado diferente (SALDANHA, 2003; PIZARRO, 2006).

Um jovem estará vulnerável caso lhe seja negado ou limitado - ainda que sutilmente - a possibilidade do enfrentamento e da vivência de suas questões sexuais, culturais, sociais e políticas; tendo sua liberdade de expressão privada por quaisquer tipos de coerções, repressões e/ou segregações por suas diferenças e diversidades - sejam ligadas a gênero, orientação sexual, etnia, por condições físicas/psíquicas, condições saúde/doença, entre outros (AYRES ET AL., 2003; FONSECA, 2013).



Outro desafio importante é a efetiva substituição da atitude modeladora por uma atitude emancipadora nas práticas educativas; deixar de ser detentor do saber e passar a ser mediador para o saber. Aqui também a idéia de contextos de intersubjetividade pode ser útil. Pensar qual o contexto mais favorável à simetria entre educador e educando, ao efetivo compartilhamento de problemáticas e à criatividade individual e comunitária na busca de soluções, e escolhê-los como estratégia frente a outros mais facilmente modeladores, é um modo de enfrentar este desafio (AYRES, 2002, p. 20).

Daí o grande desafio mencionado por Ayres (2002) de a escola e seus educadores inserirem efetivamente em meio às práticas educativas uma ação emancipadora no lugar das práticas modeladoras. Enquanto a escola for “detentora do saber” dificilmente ouvirá a voz da comunidade com sua realidade e suas múltiplas vivências. O trabalho efetivo com temas transversais como sexualidade, HIV/Aids, educação e saúde, dentre outros, poderiam ser uma oportunidade para a mediação do saber construído de modo intersubjetivo, nos meandros de uma relação de compartilhamento de problemáticas entre educador e educando (DAYRELL, 2016).

O professor e o aluno podem construir juntos os conhecimentos a partir das vivências que esses jovens trazem de seus contextos, vivências essas que não mais deverão ser recebidas pela escola enquanto uma ameaça, mas sim uma oportunidade de construção, problematização, dialética e ressignificação frente à sexualidade, às IST's, ao HIV/Aids e tantas outras temáticas presentes em nossa sociedade, em um trabalho comprometido com a luta para a atenuação dos preconceitos e vulnerabilidades sociais (AYRES, 2002).

É nesse contexto que os sentidos que emergiram nas entrevistas com os jovens participantes se colocam, na imprescindibilidade de que as instituições educacionais, por ser a instituição social externa à família que mais estão presentes nos cotidianos dos jovens, promovam um trabalho integrado e efetivo entre os docentes e suas respectivas áreas e disciplinas para todos os alunos, abordando a saúde e a sexualidade sob uma visão abrangente e não se limitando apenas às questões biológicas, mas rompendo para aspectos sócio-culturais e relacionais da sexualidade, incluindo um trabalho de combate aos estigmas, preconceitos e discriminações que, apesar de tanta inovação no conhecimento acadêmico/científico, circundam em torno do HIV/Aids (ANJOS, 2015).

Em convergência com tais idéias, pode-se mencionar DeMaria, Galárraga, Campero e Walker (2009), os quais descrevem que a educação sexual nas escolas é uma das estratégias mundialmente recomendadas tanto com intuito de melhorar as condições de saúde sexual da população quanto também mecanismo fundamental para a prevenção do HIV e atenuação dos preconceitos, estigmas e discriminação em meio a uma sociedade. Portanto torna-se indispensável, uma revisão e reestruturação nos conteúdos programáticos para que esses sejam



instrumentos para uma intervenção de educação integral para a sexualidade, arraigados aos entornos e contextos culturais e sociopolíticos (DEMARIA et al., 2009). É importante esclarecer que não tivemos aqui a pretensão de soluções objetivas para a problemática dos preconceitos e discriminações vivenciados no seio desse contexto educacional, contudo, a partir dos sentidos encontrados, pretendemos apontar os desafios e a primazia de se humanizar as instituições de ensino para que compreendam a importância de se inserirem na luta pelo combate às vulnerabilidades juvenis.

REFERÊNCIAS

ANJOS, D. F. **Quando três tempos se encontram**: sentidos e ressignificações de jovens vivendo com HIV/Aids. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015. 230p.

ANTUNES, Larissa; CAMARGO, Brigido Vizeu; BOUSFIELD, Andréa Barbará S. Representações sociais e estereótipos sobre aids e pessoas que vivem com HIV/Aids. **Psicologia Teoria e Prática**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 43-57, dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2017.

AYRES, José Ricardo Carvalho Mesquita. Práticas educativas e prevenção de HIV/Aids: lições aprendidas e desafios atuais. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 6, n. 11, p. 11-24, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832002000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2017.

AYRES, J. R.; FRANÇA-JÚNIOR, I.; CALAZANS, G. J.; SALETTI FILHO, H. C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: D. Czeresnia, & C. Machado Freitas (Org.), **Promoção da Saúde**: Conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 116-138.

AYRES, J. C. R. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. de. **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

AYRES, J. R. C. M.; PAIVA, V; FRANÇA JR, I. Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e direitos humanos. In: PAIVA, V.; AYRES, J.R. C. M.; BUCHALLA, C. M. (coord.) **Vulnerabilidade e direitos humanos**: prevenção e promoção da saúde. Curitiba: Juruá, 2012.

BAKTHIN, M. Metodologia das Ciências humanas e sociais. In: BAKTHIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BASTOS, F. G. **Interfaces e Lacunas na Assistência prestada ao Adolescente Soropositivo**. 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UERJ. Rio de Janeiro.

BASTOS, F. I. (2011) In: Monteiro, S; Villela, W. **Estigma e Saúde**. 2013. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro.



BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1998.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação Social**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300022&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 set. 2017.

DAYRELL, J. **Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG** / Juarez Dayrell (organizador). - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DEMARIA, L. M., GALÁRRAGA, O., CAMPERO, L. & WALKER, D. M. (2009) **Educación sobre sexualidad y prevención del VIH: un diagnóstico para América Latina y el Caribe**. Revista Panam Salud Publica, 26(6), 485-496.

FONSECA, Aline Arruda. **Vulnerabilidade à AIDS: um estudo das crenças de adultos jovens em contexto universitário**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: __ **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GERGEN, K. J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, 6(1), 2009, p. 299-325.

GONÇALVES, R.B.M. O saber como tecnologia na produção de serviços de saúde: a epidemiologia e a clínica. In **Tecnologia e organização social das práticas de saúde**. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1994.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). **As representações sociais** (pp. 187-203). Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

LABRA, O. (2013). Social representations of HIV/Aids in mass media: some important lessons for caregivers. **International Social Work**, 0(0), 1-11. DOI: 10.1177/0020872813497380.

MELLO, Ricardo Pimentel et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 26-32, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2016.

NASCIMENTO. V.L.V. **Contar ou contar: a revelação do diagnóstico pelas pessoas com HIV/aids**. Dissertação (Mestrado em). PUC. São Paulo, 2002.

NOGUEIRA, C., NEVES, S. & BARBOSA, C. (2005). Fundamentos construcionistas sociais e críticos para o Estudo do Gênero. **Psicologia. Teoria Investigação e prática**, 2, 195-209. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/3954>>. Acesso em: 16 set. 2017.

PARKER, R. e AGGLETON, P. **Estigma, Discriminação e Aids**. Coleção ABIA, Cidadania e Direitos, n. 1. Rio de Janeiro, ABIA, 2001.



PIZARRO, Maria Antônia Ribeiro Pinto. **Aids, resiliência e escola**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional de Ijuí, Santo Ângelo.

SALDANHA, A. A. W. **Vulnerabilidade e Construções de enfrentamento da soropositividade ao HIV por mulheres infectadas em relacionamento estável**. Tese de doutorado – Pós-graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo; 2003.

SEIDL, E. M. F., RIBEIRO, T. R. A. & Galinkin, A. L. (2010). **Opiniões sobre pessoas com HIV/AIDS: um estudo exploratório sobre preconceito**. *Psico-USF*, 15(1), 103-112.

SILVA, J., FONTES, K. S., SALDANHA, A. A. W., ARAÚJO, L. F. Aids, Estigma e Preconceito: a percepção da terceira idade. In: **Anais do IX Congresso Virtual HV/Aids: A infecção VIH e o Direito**. Disponível em: <http://apps.siquant.pt/aidscongress/Modules/WebC_Docs/GetDocument.aspx?DocumentId=280>. Acesso em: 17 set. 2017.

SONTAG, S. **Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUSA FILHO, Alípio. Por uma teoria construcionista crítica. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, v. 1, n. 1, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art02_sfilho.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

SPINK M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J. (org). **Práticas Discursivas e Produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Edição Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

Submetido em: 9 de novembro de 2017.

Aprovado em: 30 de janeiro de 2018.